

Nota sobre a pobreza rural

Juarez Rubens Brandão Lopes

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

LOPES, JRB. *Brasil, 1989: um estudo sócio-econômico da indigência e da pobreza* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. Nota sobre a pobreza rural. pp. 53-58. ISBN: 978-85-99662-75-5. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

Nota sobre a pobreza rural

O dimensionamento e a caracterização da pobreza rural no Brasil, pelo método das linhas de pobreza, com os dados de que se dispõe, são precários. Se é relativamente grosseira a extrapolação que fiz de linhas de pobreza para as regiões urbanas do Brasil, a partir daquelas estimadas por Sonia Rocha para as áreas metropolitanas, com muito maior razão qualquer cálculo semelhante feito para as áreas rurais é de valor ainda mais duvidoso. O que torna precários os resultados é o pressuposto de que os custos alimentares e custos totais nas zonas rurais tenham evoluído desde a época da realização do ENDEF (1974/5), no mesmo ritmo dos preços nas metrópoles (que foram os elementos usados por Sonia Rocha para atualizar os valores das linhas de pobreza metropolitanas).

Com esta advertência, apresento alguns dados sobre os pobres rurais, tanto a sua dimensão como as suas características. Antes porém, uma última reflexão. Suponho que as diferenças de custo de vida entre as metrópoles e as zonas rurais diminuíram, desde a realização do ENDEF, há mais de 15 anos atrás, principalmente nas regiões de agricultura mais moderna. Assim, as linhas de pobreza que usei³³ são possivelmente baixas demais e subestimam a pobreza rural. Por outro lado, também é possível que as características 'pobres' encontradas, estejam mais acentuadas do que estariam, se as linhas traçadas fossem mais altas.

Dito tudo isto, passo aos dados. Estes indicam que perto de 3,2 milhões de domicílios rurais das regiões Nordeste, Sudeste e Sul acham-se em situação de pobreza (PNSN, 1989), quase 45 por cento do total dos domicílios rurais. Neles contam-se 17,3 milhões de pessoas, mais da metade da população rural³⁴.

³³ Os valores que encontrei para as linhas de indigência (I) e pobreza (P) foram os seguintes (em dólares mensais):

Nordeste rural: I - \$12,88, P - \$18,95;

Sudeste rural: I - \$13,11, P - \$20,73; e

Sul rural: I - \$14,72, P - \$23,74.

Deixamos de lado a zona rural do Centro-Oeste, para a qual não havia elementos no ENDEF (apud Fava, 1984) para realizar a extrapolação necessária. Quando, portanto, nesta nota, falo de regiões rurais do Brasil, quero me referir apenas ao conjunto daquelas três regiões.

³⁴ Os dados correspondentes para os pobres indigentes ou miseráveis são: 1,9 milhões de domicílios (27% do total) e 11 milhões de pessoas (um em cada três habitantes rurais).

Para a caracterização dos pobres rurais, sempre em confronto com os pobres urbanos, restrinjo-me aos dados de duas tabelas. Uma apresenta a distribuição dos domicílios pobres segundo as suas estruturas familiares e a outra, dados sobre a habitação e suas posses, sobre características do chefe e do conjunto dos membros do domicílio, particularizando a sua situação de trabalho e renda.

A principal impressão que se fica do exame dos dados destas duas tabelas é a de que os pobres rurais, comparados com os urbanos, estão em grande proporção, numa mesma situação de pobreza. Em outras palavras, enquanto entre os pobres urbanos, pode-se discernir um certo número de situações diferenciadas, a pobreza rural é mais homogênea.

Vejamos.

Pela Tabela 21 verifica-se que a grande maioria dos domicílios pobres (80%) tem estruturas familiares constituídas de casais e filhos (e mais, às vezes, algum outro parente), com chefe masculino (jovens, de meia-idade ou idosos), isto é, são dos tipos indicados na tabela pelos símbolos C1, C2 e ID1³⁵. No total da pobreza urbana, esses três tipos representam apenas 63%³⁶.

Isto decorre da alta probabilidade dos tipos C1 e C2 rurais serem pobres, e não da sua freqüência na população rural total. Por sua vez, os tipos de estrutura familiar com maior probabilidade de serem pobres no caso das regiões urbanas, são os pluri-familiares e os chefiados por mulheres (M1 e M2), tipos estes pouco freqüentes no meio rural.

A Tabela 22 mostra também, sobejamente, a menor heterogeneidade da pobreza rural.

³⁵ O tipo ID1, como definido, pode ter chefia feminina. Entretanto, apenas 12% dos domicílios rurais pobres têm chefia feminina (comparados com 26% para os urbanos). Note-se, além disso, que neste tipo o chefe pode já estar sozinho (viúvo).

³⁶ Sobre a distribuição dos domicílios urbanos segundo a estrutura familiar, consultar a Tabela 5.

Tabela 21

Proporção de Domicílios Rurais Pobres e Probabilidade de Pobreza, Segundo a Estrutura Familiar, 1989

Estrutura Familiar (2)	Domicílios Rurais (1)				Probabilidade De Ser Pobre
	Pobres	%	Total (3)	%	
I	1120	0.04	69443	0.98	1.61
CO	22762	0.72	165935	2.35	13.72
C1	910945	28.70	1759627	24.88	51.77
C2	1319957	41.59	2573113	36.38	51.30
ID1	308413	9.72	771516	10.91	39.97
ID2	113432	3.57	451023	6.38	25.15
Outr	88328	2.78	492404	6.96	17.94
Pluri	220015	6.93	459738	6.50	47.86
M1	47089	1.48	60678	0.86	77.60
M2	141834	4.47	269655	3.81	52.60
Total	3173895	100.00	7073132	100.00	44.87

(1) Das regiões Nordeste, Sudeste e Sul.

(2) Ver nota de rodapé nº 11.

(3) Excluídos os domicílios com declaração de renda incompleta.

Fonte: PNSN, 1989

Quanto às condições habitacionais, particularmente aquelas que indicam má situação sanitária, elas são péssimas na grande maioria dos domicílios pobres rurais. Indicadores como ausência de esgoto e privada, disposição do lixo em terreno baldio (ou em 'outro' lugar) situam-se entre 70 e 80%, ou no caso da 'rua de terra' atinge a totalidade dos pobres rurais (98%)³⁷. Para os domicílios pobres urbanos, os valores destes indicadores situam-se entre 11 (esgoto) e 58% (rua de terra), indicando uma muito

³⁷ Todas estas estatísticas, e as que se seguem, discriminam bem, como no caso das regiões urbanas, pobres de não pobres rurais.

maior heterogeneidade de situações da pobreza urbana.

O mesmo pode-se dizer dos indicadores de isolamento cultural. Nas zonas rurais, 61 % dos chefes de domicílios pobres são analfabetos (junto com os que têm menos de 4 séries de escolaridade atinge-se 87%), 80% não têm livros em casa e 85% não têm TV; as porcentagens correspondentes para os pobres urbanos são, respectivamente, 33 (57% com os que têm no máximo 3 séries concluídas), 56 e 35%.

Tabela 22

Características dos Domicílios e de suas Posses, e do Trabalho e Renda dos Membros dos Domicílios e de seus Chefes, Pobres Rurais (1) e Urbanos, PNSN, 1989.

Características Seleccionadas	Domicílios Pobres	
Não tem Esgoto	70.73	10.64
Não tem Vaso Sanitário	79.78	18.27
Lixo; Terreno Baldio ou 'Outro' Lugar	69.75	26.41
Rua de Terra	97.87	58.10
Domicílios Rústicos	20.98	4.75
Paredes de Taipa ou 'Outro' Material	26.02	5.69
Não tem Livros	79.82	55.64
Não tem TV	84.87	34.96
Chefe Preto ou Pardo	68.17	60.37
Chefe Analfabeto	60.56	32.95
Chefe com menos de 4 Séries Concluídas	86.87	57.38
Chefes Mulheres	11.88	26.05
Chefes com Ocupação 'Pobre' (2)	71.38	44.14
Chefe C. Própria/ Empregador/ N. Remunerado		
Não Contribuinte	93.48	77.11
Chefe Empregado sem Carteira	73.92	37.87
Chefe Procurou Emprego Último Ano	13.32	23.79
Membros Domicílio só tem Renda Trabalho	66.48	52.03
Membros do Domicílio Segundo a Atividade		10.83
Todos Ocupados	13.37	56.46
Ocupados e Inativos	71.55	22.68
Um ou Mais Membro Desempregado	6.78	10.04
Todos Inativos	8.30	

(1) Das regiões Nordeste, Sudeste e Sul.

(2) Ver Anexo Metodológico.

Fonte: PNSN, 1989.

NEPP/UNICAMP, 1998

Finalmente, o trabalho e a renda, no caso dos pobres rurais, indicam também uma situação generalizada de completa dependência do trabalho, através de uma ocupação 'pobre', quase sem qualificação e sem garantias (carteira, previdência). A pobreza urbana, neste sentido também, aponta

para situações bem mais diferenciadas. Tomemos um exemplo. Apenas 7% dos domicílios pobres rurais têm algum membro desempregado e apenas 13% dos seus chefes informaram ter procurado trabalho nos últimos 12 meses (as porcentagens correspondentes para o meio urbano são, respectivamente, 23 e 24%).

A situação no meio rural é menos uma questão de falta de emprego do que de misérrimos rendimentos (e, claro, maiores encargos familiares) e de insegurança no trabalho. Sessenta e seis por cento dos domicílios pobres rurais têm apenas rendas do trabalho (52% dos domicílios pobres urbanos), 71 % dos seus chefes têm ocupações 'pobres' (44% dos urbanos). Quase três quartos dos empregados pobres no meio rural não têm carteira de trabalho assinada e quase a totalidade (93%) dos que trabalham por conta própria não contribuem para a previdência, o que mostra a "informalidade" das situações de trabalho (nas regiões urbanas aquelas porcentagens são 38 e 77%).

Entretanto, volto à minha ressalva inicial. Embora trate-se de proporções altas da população rural total, é possível que este conjunto de domicílios pobres que isolamos, devido às estimativas baixas das linhas de pobreza, não constitua a totalidade dos pobres que realmente existem³⁸. Neste caso, o grau de homogeneidade da pobreza rural seria talvez menor, como também menores seriam as diferenciações rural-urbanas que sublinhamos.

³⁸ No sentido de sua renda per capita não alcançar o custo de vida médio necessário (custos alimentares e não alimentares) realmente prevalente (ver o item "Linhas de Indigência e de Pobreza", do Anexo Metodológico).